

b) Os processos trabalhistas têm como principais pedidos o pagamento de adicional de periculosidade e de insalubridade, horas extras e indenizações por danos morais e materiais. Com base na experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 3.911 em 31 de dezembro de 2025 e acredita que esse montante seja suficiente para cobrir prováveis perdas trabalhistas.

c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 22.720 em 31 de dezembro de 2025, e se referem principalmente à:

i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, o qual não foi iniciado pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 12.201, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 18.113.

ii) Execução Fiscal nº 5001467-40.2016.4.04.7203 originado pelo Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil em 2006, referente a glosa de crédito presumido de IPI dos períodos de 10/2004 a 08/2006, com valor atualizado de R\$ 4.272.

Em relação à Execução Fiscal que se referia à glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 2.049, neste exercício de 2025 ocorreu a sua reversão.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, formal ou não formal, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante considerado, pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiadas na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis.

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas e em processos administrativos de natureza tributária que diante do estágio do respectivo processo, contexto probatório, posicionamento dos Órgãos Fiscalizadores e da jurisprudência sobre o assunto, foram classificados com probabilidade de perda possível. Sendo que para estes casos, em consonância com as normas contábeis não há provisões constituídas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Contingências trabalhistas	16.431	11.900
Contingências cíveis	10.446	8.985
Contingências tributárias	149.861	144.427
	176.738	165.312

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas classificadas como perda possível, avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos, totalizam R\$ 16.431 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 11.900 em 31 de dezembro de 2024). Os principais pedidos nessas ações se referem a adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e horas extras, bem como a indenizações por danos morais e materiais.

Contingências cíveis:

As ações cíveis classificadas como perda possível, avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 10.446 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.985 em 31 de dezembro de 2024) e contemplam principalmente ações de indenização, em sua maior parte, decorrentes de relações contratuais, incluindo a discussão de valores relacionados a perdas e danos.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 149.861 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 144.427 em 31 de dezembro de 2024) e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de crédito tributário de ICMS supostamente indevido na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas naqueles Estados, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 33.598 (R\$ 30.795 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de crédito tributário supostamente indevido, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 51.102 (R\$ 48.726 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia contesta os referidos autos administrativa e judicialmente e aguarda os respectivos julgamentos.
- Processo Administrativo referente a Auto de Infração de PIS e COFINS emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB) no segundo trimestre de 2024, oriundo de crédito tributário supostamente indevido na aquisição de goma resina no período de 01/2020 a 12/2021, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 28.705 A Companhia apresentou no dia 29 de dezembro de 2025 Recurso Voluntário e aguarda julgamento.
- Processos Administrativos referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de auto de infração de INSS decorrente de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$ 12.850 (R\$ 11.435 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativamente as referidas notificações fiscais.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 3.142 (R\$ 3.001 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Notificação Fiscal que tem por objeto aplicação de multa relativa ao IRPJ e CSLL dos exercícios 2015 a 2018, decorrentes de exclusões supostamente indevidas sobre o lucro líquido de cada período. A Receita Federal do Brasil entendeu que as reduções, com aumento do prejuízo fiscal, teriam origem em amortização fiscal de ágio, sem respaldo legal.

O processo se encontra suspenso em virtude de a Companhia ter apresentado a respectiva impugnação administrativa, pela qual aguarda julgamento. O valor da multa aplicada na Notificação Fiscal é de R\$ 435. Caso a Companhia não obtenha êxito haverá reflexo adicional de reversão de prejuízo fiscal pela amortização do ágio utilizado no período, que resulta em redução de aproximadamente R\$ 19.551 de IRPJ e CSLL ativo sobre o valor amortizado do ágio.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 646.895 (R\$ 566.895 em 31 de dezembro de 2024), composto em 31 de dezembro de 2025 por 230.501.219 ações ordinárias sem valor nominal (239.829.919 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024). No segundo trimestre de 2025 houve a capitalização da conta de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 80.000 sem emissão de novas ações, conforme deliberado em Assembleia Geral da Companhia.

O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961, é de R\$ 623.934 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2024).

b) Remuneração dos acionistas

i) Dividendos intercalares

O Conselho de Administração aprovou, em 04 de novembro de 2025, “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no terceiro trimestre de 2025, no montante de R\$ 10.323, correspondentes a R\$ 0,044784774 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 10 de novembro de 2025, pagos em 25 de novembro de 2025. Os Dividendos Intercalares – 3º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em 04 de agosto de 2025, “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no segundo trimestre de 2025, no montante de R\$ 25.318, correspondentes a R\$ 0,109708784 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de agosto de 2025, pagos em 22 de agosto de 2025. Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em 02 de maio de 2025, “*ad referendum*” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no primeiro trimestre de 2025, no montante de R\$ 14.499, correspondentes a R\$ 0,062579877 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 07 de maio de 2025, pagos em 21 de maio de 2025. Os Dividendos Intercalares – 1º Trimestre de 2025 distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

ii) Dividendos adicionais propostos do exercício de 2024

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas na data de 23 de abril de 2025, foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2024, no valor total de R\$ 74.878, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,323177, pagos em 21 de maio de 2025.

c) Ações em tesouraria

Programa de Recompra de Ações 2024: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 22 de março de 2024 o Programa de Recompra de Ações 2024, que passou a vigorar a partir de 25 de março de 2024 e terminou em 25 de setembro de 2025, com limite de aquisição de 10.651.676 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tinha como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o encerramento do Programa de Recompra de Ações 2024 e o cancelamento das ações ordinárias no total de 9.328.700 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão própria, sem redução do valor do capital social da Companhia.

As movimentações das ações em tesouraria estão demonstradas no quadro que segue:

	Controladora					
	01.01.25		Aquisições		Cancelamento	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Programa de Recompra de Ações 2024	6.300.800	49.169	3.027.900	22.052	(9.328.700)	(71.221)
	6.300.800	49.169	3.027.900	22.052	(9.328.700)	(71.221)
	-	-	-	-	-	-

Programa de Recompra de Ações 2025: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o Programa de Recompra de Ações 2025, que passou a vigorar a partir de 25 de setembro de 2025 e término em 25 de março de 2027, com limite de aquisição de 9.771.034 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, até a data de 31 de dezembro de 2025 não houve recompra de ações ordinárias da Companhia referente ao Programa de Recompra de Ações 2025.

d) Resultado do exercício

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976, os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Lucro líquido do exercício	242.050	304.519
(-) Reserva legal	(12.103)	(15.226)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	-	1.275
Realização - custo atribuído	8.949	8.944
Lucro base para distribuição de dividendos	238.896	299.512
Dividendo mínimo obrigatório	59.724	74.878
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,259103	0,312213
Dividendos distribuídos	50.140	30.101
Saldo de dividendos a pagar	9.584	44.777
Saldo de dividendos a pagar por ação ordinária (R\$ por ação)	0,041575	0,186705
Conforme a Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, os dividendos apresentados acima estão sendo destacados pela Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.		
Os dividendos adicionais propostos referentes a 2025 não foram reconhecidos como passivos tendo em vista que serão submetidos a Assembleia Geral Ordinária para aprovação.		

Dividendos adicionais propostos

Total de dividendos adicionais propostos por ação ordinária (R\$ por ação)

e) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos o valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos na modernização e ampliação da capacidade de produção de papel em Minas Gerais e ampliação da unidade industrial localizada em Santa Catarina, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

Na data-base destas demonstrações financeiras, as reservas de lucro superam o valor do Capital Social em R\$ 93.187. A Assembleia Geral que deliberará sobre estas demonstrações financeiras deverá também deliberar sobre a proposta da Administração para distribuição de dividendos adicionais e aumento de capital, destas reservas, adequando o saldo das reservas de lucro atendendo o referido dispositivo legal.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituído em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida à base de dividendos. O saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2025 corresponde a um saldo credor de R\$ 109.919 (R\$ 118.868 em 31 de dezembro de 2024).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro que segue:

	Consolidado	
	127.812	
	(8.944)	
	118.868	
	(8.949)	
	109.919	

Em 01 de janeiro de 2024

Realização anual - custo atribuído

Em 31 de dezembro de 2024

Realização anual - custo atribuído

Em 31 de dezembro de 2025

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

a) Resultado básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Ações ON Ordinárias	231.338.569	238.245.169
	1.0978	1.3263
	(8.949)	(10.0481)
	1.0463	1.2782

Média ponderada da quantidade de ações

Lucro do exercício incluindo operações continuadas e descontinuadas atribuível a cada espécie de ações

Lucro por ação básico e diluído de operações continuadas - R\$

Prejuízo por ação básico e diluído de operações descontinuadas - R\$

Total lucro por ação básico e diluído

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25
Receita bruta de vendas de produtos	2.167.405	2.004.140	2.179.912
Impostos sobre as vendas	(466.953)	(437.013)	(466.703)
Devoluções de vendas	(26.858)	(19.220)	(26.898)
Receita líquida de vendas	1.674.593	1.547.907	1.686.311

As receitas da Companhia são reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas, o que geralmente ocorre quando os produtos são entregues e o risco transferido aos clientes nas vendas para o mercado interno ou no embarque dos produtos vendidos nas vendas para o mercado externo. Os principais produtos vendidos pela Companhia representam os segmentos operacionais estabelecidos conforme nota explicativa nº 28.

Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 6. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

Política contábil

As etapas para o reconhecimento da receita compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é reconhecida quando os produtos e seu risco são transferidos aos clientes. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA

A composição dos custos, despesas e outras receitas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25
Varição do valor justo dos ativos biológicos	52.017	69.907	116.800
	52.017	69.907	116.800
Custo dos produtos vendidos	(691.245)	(606.613)	(652.640)
Custos fixos e variáveis (matérias-primas e materias de consumo)	(207.668)	(199.656)	(217.716)
Custo com pessoal	(34.044)	(34.381)	(35.518)
Contratação de serviços	(173.552)	(158.306)	(183.948)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.106.509)	(998.956)	(1.102.869)
Despesas com vendas	(16.270)	(14.841)	(16.270)
Gasto com pessoal	(1.385)	(1.164)	(1.385)
Contratação de serviços	(83.471)	(84.278)	(85.282)
Despesa com logística (fretes)	(485)	(486)	(485)
Depreciação e amortização	(9.232)	(14.219)	(9.232)
Comissões Sobre Vendas	(14.900)	(15.548)	(14.900)
Outros	(125.743)	(130.536)	(127.554)
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber	338	(250)	338
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber	338	(250)	338
Despesas Gerais e administrativas	(83.835)	(80.836)	(83.835)
Gasto com pessoal	(20.423)	(16.793)	(20.784)
Contratação de serviços	(6.630)	(8.190)	(6.630)
Depreciação e amortização	(4.160)	(10.528)	(6.296)
Outros	(115.408)	(116.347)	(117.545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.233	7	2.233
Resultado da venda de bens sinistrados e alienados	(69)	1.795	(69)
Resultado da venda de crédito de carbono	134	87	134
Resultado da provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.323)	(1.608)	(1.323)
Resultado da redução ao valor realizável líquido	-	(596)	-
Resultado de pagamento integral de Execução Fiscal de ICMS SC – Recupera Mais	-	(6.237)	-
Resultado dos honorários sobre exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL	-	(10.616)	-
Resultado da rescisão de contrato de representação comercial	(585)	(6.972)	(585)
Resultado do impairment de propriedade para investimento	-	(973)	-
Crédito de IPI sobre fretes “CIF” das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias	19.871	-	19.871
Resultado do impairment de imobilizado	-	(1.987)	-
Indenização de honorários de administrador	(4.200)	-	(4.200)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	(4.780)	2.556	(4.150)
	11.281	(24.544)	11.911
Participação dos administradores	(19.586)	(19.523)	(19.586)
Participação dos administradores	(19.586)	(19.523)	(19.586)

*conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 item a).

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25
Receitas financeiras	89.212	59.944	92.352
Rendimentos de aplicações financeiras	23.509	24.381	24.384
Juros sobre outros ativos	3.194	2.255	3.197
Descontos obtidos	115.915	86.580	119.300
Varição cambial	7.395	10.774	7.395
Varição cambial ativa	(7.834)	(11.766)	(7.834)
Varição cambial passiva	(439)	(992)	(439)
Despesas financeiras	(240.268)	(180.160)	(240.269)
Juros	(109)	(46)	(109)
Descontos concedidos	(378)	(392)	(385)
Desajustos/despesas bancárias	(5.177)	(2.201)	(5.177)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	1.697	(5.353)	1.697
Instrumentos derivativos - swap	(5.452)	(9.499)	(5.477)
Outros	(249.687)	(198.101)	(249.720)
	(134.211)	(112.513)	(130.859)

Resultado financeiro líquido

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações, debêntures e instrumentos financeiros derivativos – swap detalhadas nas notas explicativas nº 17, nº 18 e nº 10, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e aplicações financeiras), conforme detalhado na nota explicativa nº 5, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22).

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia, de acordo com a sua Política de Gestão Financeira, tem como meta manter uma estrutura de capital de 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2025 foi de 43% capital próprio e 57% capital de terceiros.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

	Controladora	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25
Dívida	1.909.711	1.686.114	1.909.711
Instrumentos derivativos - swap	(11.996)	(5.249)	(11.996)
Caixa e equivalentes de caixa	(825.161)	(577.119)	(839.834)
Dívida líquida	1.072.554	1.103.746	1.057.881
Patrimônio líquido	1.451.934	1.366.538	1.451.934
Índice de endividamento líquido	0,74	0,81	0,73
Categorias de instrumentos financeiros			

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Ativos financeiros				
Designados ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos derivativos - swap	10	11.996	5.249	11.99